



Delcídio (3º à dir., ao lado de Garibaldi Alves) preside reunião da Subcomissão de Marcos Regulatórios que discute com representantes do setor os problemas da mineração

Subcomissão avalia entraves à mineração

Enquanto o representante dos municípios reclamou da degradação ambiental, o das empresas criticou a ausência de um marco regulatório para a mineração. O debate sobre o setor foi realizado por subcomissão do Senado. **Página 3**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.666 – Brasília, terça-feira, 11 de setembro de 2007



Senado discute como examinará caso Renan

Proposta assinada por cinco senadores prevê sessão aberta, mas Plenário pode ser isolado já a partir de hoje à noite para reunião secreta

O Plenário realiza amanhã, a partir das 11h, sessão extraordinária para julgar o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra de decoro parlamentar. A Mesa da Casa trabalha com a hipótese de sessão secreta, como prevê o regimento, mas cinco

senadores deram entrada em projeto de resolução alterando a regra e pretendem votá-lo ainda hoje. Por meio de sua assessoria, Renan Calheiros disse que cada parlamentar deverá votar de acordo com sua consciência, “sem se sujeitar a nenhum tipo de pressão”. **Páginas 3 a 5**

Viana cobra prevenção de acidentes de trânsito

O senador Tião Viana cobrou da Agência Nacional de Transportes Terrestres “ações articuladas” para prevenir e controlar os acidentes de trânsito no país. Ele afirmou que o Brasil perde anualmente R\$ 5 bilhões com esse tipo de acidente e pediu um programa de acompanhamento das vítimas. **Página 8**

Números preocupantes

O Ministério da Saúde registrou mais de **35 mil** vítimas fatais de acidentes de trânsito em 2004.

Esse número, segundo as previsões, deve chegar a **40 mil** este ano.



Fonte: senador Tião Viana



O Círio de Nazaré, festa religiosa realizada anualmente em Belém, recebe hoje homenagem do Senado. Após a sessão, será aberta uma exposição no Salão Branco do Congresso Nacional. Também está prevista para hoje, a partir das 10h, sessão em homenagem aos administradores. **Página 7**

Segunda audiência do ciclo de debates contará com a presença do comandante da Aeronáutica

Geraldo Magela



Presidida por Heráclito Fortes, a comissão pretende ouvir comandantes das três Forças

Comissão volta a debater orçamento das Forças Armadas

O comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito, vai prestar esclarecimentos, na quinta-feira, às 10h, à Comissão de Relações Exteriores (CRE) a respeito do orçamento da Força Aérea. Essa é a segunda audiência pública proposta pelo presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), para debater o orçamento das Forças Armadas.

O primeiro debate ocorreu em 16 de agosto, quando o colegiado reuniu-se com o comandante da Marinha, almirante-de-esquadra

Júlio Soares de Moura Neto. Na ocasião, Moura Neto afirmou que o poder naval poderá desaparecer até 2025 se até lá não houver novos investimentos em equipamentos. Para 2007, disse, seriam necessários R\$ 1,84 bilhão, mas o Orçamento destina R\$ 1,49 bilhão e apenas R\$ 1,28 bilhão deverá efetivamente ser liberado até o final do ano.

A CRE ainda realizará um debate com o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, em data a ser confirmada.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário comemora reconhecimento da profissão de administrador

Às 10h, o Senado realiza sessão especial para comemorar os 42 anos do reconhecimento legal da profissão de administrador no Brasil. A hora do expediente, às 14h, é dedicada a homenagear o Círio de Nazaré, festividade religiosa cele-



brada em Belém há 214 anos. Em seguida, os senadores deliberam sobre proposições, entre as quais está o projeto que trata dos estágios de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio.

CAE discute monitoramento da agricultura por satélite

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza reunião técnica, às 9h, com a presença do chefe-geral de Monitoramento por Satélite da Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Evaristo Eduardo de Miranda, a fim de discutir o monitoramento por satélite da agricultura brasileira.

Comissão mista analisa o PAC

A instalação da comissão mista que analisará a Medida Provisória 387/07 está marcada para as 16h30. A medida trata da transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução de ações do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC) pelos estados, Distrito Federal e municípios e da forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) nos exercícios de 2007 e 2008.

Pregão eletrônico será votado na CAE

O primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h30, é o projeto que amplia o uso do pregão eletrônico no setor público, alterando a Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Também está em pauta o projeto que permite a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.



Comissão de Meio Ambiente debate desertificação, aqüicultura e piscicultura

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se às 11h30 para votar pauta de dez itens, entre os quais o projeto de lei que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação. Também será

votado o substitutivo que trata de formas de obrigar os proprietários e concessionários de represas a efetivarem ações de promoção da aqüicultura e de incentivo à piscicultura em suas áreas de atuação.

Futuro do cerrado

Audiência, às 14h30, na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas debate os efeitos do aquecimento sobre os mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de cerrado no país. Entre os convidados estão Carlos Klink, integrante do Programa das Savanas Centrais do The Nature Conservancy; a bióloga Mercedes Bustamante; e representantes do Ministério do Meio Ambiente e da Embrapa.

CPI ouve ex-diretores da Infraero

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo ouve, às 11h, ex-servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) acusados de fraudar licitações. Deverão prestar depoimento o ex-diretor de Administração da empresa, Marco Antônio Marques de Oliveira; a ex-diretora de Engenharia, Eleuza Terezinha Manzoni; e o ex-diretor Comercial, José Wellington Moura.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, Geraldo Mesquita Júnior e Neuto de Conto

Subcomissão de Marcos Regulatórios discute entraves na mineração

Degradação ambiental, descumprimento da legislação trabalhista, sonegação fiscal. Esse rol de problemas na área de mineração, notadamente entre as pequenas empresas do ramo, foi exposto ontem à Subcomissão Temporária de Marcos Regulatórios pelo diretor-presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), Waldir Silva Salvador de Oliveira. Para enfrentar essa realidade, ele defendeu ajustes na legislação e uma maior fiscalização do setor, com a participação, inclusive, das prefeituras.

Ao reivindicar permissão legal para os municípios inscreverem na dívida ativa empresas sonegadas da Compensação Financeira pela Extração Mineral (CFEM), Waldir Silva propôs a elevação da alíquota de 2% para 4%, que também não mais incidiria sobre o faturamento líquido, mas sobre o faturamento bruto das empresas.

Outra reivindicação foi a aprovação de projeto que possibilita o uso do direito minerário (a própria reserva mineral e seu potencial produtivo) como garantia

de empréstimos para o setor. Esse foi um ponto de convergência entre o secretário de Geologia, Mineração e Transformação do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Scliar, e o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Paulo Camillo Vargas Penna.

Representante do setor produtivo, Paulo Vargas também trouxe outras sugestões à implementação do marco regulatório na mineração, como a implantação das zonas especiais de extração mineral (ZEEMs), o que traria maior tranquilidade aos investimentos no setor.

Já o diretor-executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para a Construção Civil, Fernando Mendes Valverde, apontou uma demanda reprimida de oito toneladas de agregados (areia, brita, concretos usinado e asfáltico) por habitante no país. Para um melhor aproveitamento desse potencial, ele defendeu uma política de planejamento de ações mais eficiente, com vistas à redução do alto custo de transporte e de entraves burocráticos.

Mesquita Júnior defende PEC para inclusão de jovens trabalhadores

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentou ontem o adiamento da votação de proposta de emenda à Constituição de sua autoria que prevê a contratação por tempo determinado e a capacitação de jovens de 16 a 24 anos, domiciliados há mais de cinco anos nas comunidades rurais, para serviços de assistência técnica e extensão rural. A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador explicou que a PEC 25/06 seria complementar ao recém-lançado ProJovem, programa do governo federal que prevê a destinação de R\$ 5,4 bilhões, até o final de 2010, para atender à população de baixa renda na faixa etária de 15 a 29 anos.

– Fiquei sem entender; era a oportunidade de o governo incorporar a proposta ao programa lançado recentemente para tornar efetiva a inclusão social e econômica da nossa juventude – disse.

Mesquita Júnior também pediu que o Senado vote outra proposição (PLS 182/03) de sua autoria que proíbe a veiculação de propaganda de bebida alcoólica no rádio e na televisão. O senador afirmou que as propagandas



Mesquita Júnior: proposta cuja votação foi adiada complementar ProJovem

são enganosas e ressaltou que o montante arrecadado em tributos das fábricas de cerveja não cobre um décimo das despesas que o governo tem para tratar os males causados pelas bebidas.

Mercosul

Como presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Mesquita Júnior informou ainda ao Plenário que coube ao Brasil a presidência das comissões de Educação, a cargo da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS); de Assuntos Econômicos, com o deputado Cezar Schirmer; e de Desenvolvimento Regional Sustentável, com o deputado José Paulo Tóffano.

Assinado por Delcídio, Suplicy, Augusto, Simon e Jefferson, projeto que altera o Regimento Interno do Senado poderá tramitar em regime de urgência

Mesa recebe proposta para decisão em sessão aberta

A assessoria parlamentar do senador Delcídio Amaral (PT-MS) protocolou ontem à noite, na Secretaria Geral da Mesa, um projeto de resolução alterando o Regimento Interno do Senado para permitir que as sessões que deliberam sobre pedidos de cassação de mandato sejam abertas. A proposição, que altera o artigo 197 do regimento da Casa, foi subscrita também pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Augusto Botelho (PT-RR), Pedro Simon (PMDB-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM).

O projeto será lido na sessão deliberativa de hoje e deverá tramitar em regime de urgência. O objetivo dos parlamentares é colocar a alteração em prática amanhã, quando o Plenário do Senado examinará, em sessão extraordinária – e, em princípio, secreta –, o projeto de perda de mandato, por quebra de decoro parlamentar, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), acusado de ter despesas pessoais pagas por um lobista da empreiteira Mendes Júnior.

De acordo com Delcídio, a idéia dos senadores é conferir maior transparência ao rito. Ele lembrou que na Câmara, embora a votação dos processos por quebra de decoro também seja fechada, as sessões são abertas.

– Isso confere transparência, não faz nenhum juízo de valor, não cria nenhum complicador e, no meu ponto de vista, tem amparo na Constituição – observou.

Questionado sobre a conveniência de se apresentar tal proposição às vésperas da votação, o senador afirmou que “a decisão de se fazer a sessão secreta foi anunciada na semana passada”. Na última quinta, a Secretaria Geral da Mesa emitiu a convocação da sessão em que seria decidido o futuro político do presidente do Senado e divulgou as regras que seriam adotadas na deliberação do pedido de perda de mandato, de acordo com as determinações



Projeto que muda rito em decisão sobre pedido de cassação é entregue a Cláudia Lyra, secretária-geral da Mesa

regimentais.

A secretaria informou que somente poderão participar da reunião os advogados das partes (PSOL e Renan), os senadores e a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra. A sessão será presidida pelo vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC).

Delcídio Amaral rebateu as críticas de que a apresentação da proposta seria uma manobra do PT para tirar do partido a responsabilidade pela absolvição de Renan Calheiros.

– Tem-se procurado colocar o PT como divisor de águas. Eu não vejo dessa maneira. A avaliação que nós fazemos do posicionamento de vários parlamentares não corresponde a essa leitura – frisou.

O senador por Mato Grosso do Sul disse ainda, respondendo aos jornalistas, que não se trata de “oportunistismo”.

– O que queremos é que as pessoas acompanhem os discursos, a defesa. Como o voto continuará secreto, cada senador fará sua escolha de acordo com sua consciência. E, se não for para quarta-feira, será para outros processos, pois é uma coisa razoável – argumentou.

Tramitação

Um projeto de resolução com a finalidade de alterar o Regimento Interno deve permanecer junto à Mesa por um prazo de cinco dias úteis, para o recebimento de emendas. Em seguida, será enviado à Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), que tem um prazo de dez dias para emitir seu parecer.

No entanto, a matéria poderá tramitar, ainda segundo o regimento, pelo regime de urgência. Para isso, é necessário que os autores da matéria obtenham o apoio de dois terços dos senadores. Ainda assim, a proposição só será posta em votação na segunda sessão deliberativa ordinária que se seguir à concessão da urgência.

Delcídio Amaral lembra que é comum no Congresso, em casos de urgência, a prática de se realizarem várias sessões deliberativas no mesmo dia – uma sessão é encerrada e, em seguida, abre-se outra, e assim sucessivamente.

– Se houver acordo de lideranças, tudo fica mais fácil, como já fizemos várias vezes no Senado – assinalou ele.

No entanto, de acordo com informações prestadas pela Secretaria Geral da Mesa, esse procedimento só é possível se contar com o apoio unânime dos senadores e mediante voto nominal. Além disso, ainda segundo a secretaria, para que o procedimento ocorra, a pauta do Plenário deve estar destrancada.

Consta da ordem do dia de hoje projeto da Câmara (PLC 44/07) que atualiza as regras para concessão de estágio a estudantes. A matéria, de autoria do governo, tramita em regime de urgência e teve sua discussão iniciada na semana passada.

Se não houver mudança no regimento interno, senadores decidirão em encontro fechado; Cristovam defende o fim da votação secreta em Plenário

Plenário vota amanhã projeto que recomenda cassação de Renan

O Senado realiza amanhã, às 11h, sessão extraordinária para votar projeto de resolução que propõe a perda do mandato do presidente da Casa, senador Renan Calheiros. O projeto, originário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, precisa dos votos de pelo menos 41 dos 81 senadores para ser aprovado pelo Plenário. Por meio de sua assessoria, Renan avisou que utilizará o direito à ampla defesa que lhe é garantido pelo Regimento Interno do Senado. Essa defesa será feita tanto por meio de seu advogado como pessoalmente, em pronunciamento da tribuna do Plenário.

Conforme prevê o regimento, a sessão que decidirá sobre o projeto de resolução será secreta, com votação pelo sistema eletrônico, dela podendo participar somente os advogados das partes (PSOL e Renan), os senadores e a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra. Para evitar a presença de funcionários no recinto do Plenário, a própria ata da reunião, de acordo com o artigo 208 do regimento, é redigida pelo 2º secretário da Mesa. Depois de aprovada, a ata é assinada pelo presidente da Mesa, pelo 1º e 2º secretários e encaminhada, em sobrecarta fechada, ao arquivo do Senado.

Amanhã, a segurança em torno do Senado será reforçada; o Plenário será isolado já a partir de hoje à noite.

Como o presidente do Senado é réu no processo, não poderá presidir a sessão. A missão caberá ao vice-presidente, Tião Viana. Mas, como senador, Renan poderá votar.

Vários senadores já foram acusados de quebra de decoro parlamentar, mas somente um



Gerardo Magela

“Cada um deverá votar de acordo com sua consciência”

O senador Renan Calheiros disse ontem acreditar que todos os senadores terão amanhã a oportunidade de votar em Plenário, como sempre o fizeram, de forma absolutamente livre e desimpedida. “Cada um deverá votar de acordo com sua própria consciência, sem se sujeitar a nenhum tipo de pressão e atendo-se somente ao que consta dos autos”, frisou o presidente do Senado.

– Luiz Estêvão, em 2000 – foi cassado em toda a história da instituição. Outros renunciaram ao mandato antes que o processo fosse iniciado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para não perderem os direitos políticos por oito anos, além da continuação do exercício do mandato para o qual haviam sido eleitos.

Processo

Essa é a primeira das três representações a que Renan responde no Conselho de Ética por quebra de decoro parlamentar, todas com base em denúncias publicadas pela revista *Veja*. Segundo o periódico, o senador tinha parte de suas despesas particulares

pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior. A revista se referiu especificamente a uma pensão alimentícia mensal paga à filha de três anos que Renan tem com a jornalista Mônica Veloso. A pensão era no valor de R\$ 8 mil e ele ainda pagava o aluguel da residência da jornalista.

Como o valor pago a Mônica Veloso ultrapassava os rendimentos de um parlamentar, Renan apresentou, em sua defesa, uma série de notas fiscais e extratos bancários que, segundo ele, comprovavam rendimentos externos com operações pecuárias em suas fazendas. A pedido do Conselho de Ética, a Polícia Federal realizou uma perícia na vida contábil do senador e comprovou a autenticidade de todos os documentos. No entanto, os peritos afirmaram que não era possível determinar que a pensão alimentícia era efetivamente paga com recursos próprios, devido a uma série de “incongruências” que alegaram ter encontrado em relação a datas de saques e depósitos nas contas de Renan Calheiros e da jornalista, bem como à comprovação de algumas transações comerciais relativas a venda de gado de propriedade do parlamentar.

No Conselho de Ética, não foi unânime a votação que aprovou o relatório de Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES) pela quebra de decoro e conseqüente apresentação de projeto de resolução para decretação de perda do mandato. O placar ficou em 11 votos a 4. Foram apresentados 2 votos em separado – de Almeida Lima (PMDB-SE) e Wellington Salgado (PMDB-MG) – que defendiam a inocência do presidente do Senado.



Leopoldo Silva

Cristovam Buarque destaca importância do voto e conclama senadores a reflexão

Cristovam: “É o sim ou o não que ajuda a construir o Brasil?”

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ontem, em Plenário, que os senadores votem de forma consciente o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que propõe a perda do mandato do senador Renan Calheiros, presidente do Senado, por quebra de decoro. O projeto será votado amanhã, em sessão extraordinária. Cristovam chamou a atenção para a importância da votação e conclamou os parlamentares a uma reflexão.

– É o sim ou é o não que ajuda a construir o Brasil? É aprovar o relatório do Conselho de Ética ou é recusá-lo que ajuda este país a caminhar mais na luta contra as injustiças, contra a corrupção, pela democracia, pela estabilidade? É o sim ou é o não? Se a gente pensar nessa idéia como um operário pensa e sente, quando sai de casa de manhã para construir a parede de um edifício; se nos víssemos aqui como operários da construção de um país, creio que a gente começaria a encontrar o rumo certo na hora de dar os votos – disse o senador.

Em seu pronunciamento, Cristovam também sugeriu que o Regimento Interno do Senado Federal seja alterado para permitir que as votações se realizem de forma aberta. Segundo ele, a votação secreta

sobre a cassação do presidente de um dos Poderes da República não ajuda a construir o país. Para o senador, a sessão será “escondida” e não secreta, uma vez que sua realização é do conhecimento de toda a nação.

– Votar secreto, numa sessão secreta, não ajuda a construir o país. Está na hora de mudar o regimento, sobretudo quando se trata de algo que nos diz respeito – argumentou.

Reformas

Cristovam Buarque voltou a recomendar a instituição de uma agenda que discuta no Congresso Nacional medidas que visem reformar o Brasil. Em sua opinião, o Senado deve mostrar à sociedade que tem compromisso com a construção do Brasil e não levar adiante a imagem de que a Casa apenas se preocupa com comissões parlamentares de inquérito – as CPIs.

De acordo com o senador, os parlamentares precisam se reunir por, no mínimo, dois meses, sem irem às bases, para discutirem as necessidades prioritárias dos brasileiros. Nesse período, denominado por Cristovam como anti-recesso, os senadores e deputados também devem discutir procedimentos que evitem a corrupção.

– Se discute como punir, mas não se discute como evitar corrupção – observou o parlamentar.

A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.



A votação secreta, a ser utilizada na decisão sobre o parecer que sugere a perda do mandato de Renan Calheiros, provoca debate no Plenário do Senado. Paim diz que, se votar a favor ou contra, o PT será alvo de críticas; Alvaro defende mudança na norma

Leopoldo Silva



Alvaro: parlamentar "pode declarar voto numa direção" e, na hora, fazer opção diferente

Alvaro afirma que voto fechado é "permanente tentação à traição"

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem em discurso que a sessão secreta para julgamento do caso Renan Calheiros possibilita a "encenação e a falsidade". O Plenário votará amanhã o projeto de resolução do Conselho de Ética que recomenda a perda do mandato de Renan.

– Quando há o desejo da falsidade, é possível votar de uma forma no Conselho [de Ética] e mudar o voto no Plenário. O voto secreto é uma permanente tentação à traição – afirmou, apontando ainda a possibilidade de o parlamentar agir com o que chamou de "falsidade absoluta", ao declarar publicamente seu voto em uma direção e na votação secreta fazer uma opção diferente.

Alvaro sugeriu a Cristovam Buarque (PDT-DF), que falara anteriormente, a apresentação, por ambos, de uma proposta de emenda constitucional acabando com a sessão secreta em casos de cassação de mandato.

O senador reiterou a opinião de que a votação sobre o caso do presidente do Senado, Renan Calheiros, mais do que uma decisão

onde prevalece a vontade pessoal do parlamentar, representa um "julgamento institucional" pela preservação da instituição.

Vale do Rio Doce

Alvaro também criticou a decisão do 3º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado recentemente, de defender a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce.

O senador questionou qual seria a real intenção do partido: se de fato propor o retorno à estatização de uma companhia comprovadamente lucrativa, ou apenas voltar ao tema para criticar o governo Fernando Henrique Cardoso por ter feito a privatização da empresa por valor inferior ao de mercado.

O parlamentar condenou a possibilidade de estatização de algumas companhias telefônicas, lembrando que, após o processo de privatização das telecomunicações, o setor garantiu aos usuários a ampliação do acesso às linhas telefônicas. Ele foi apertado pelos senadores Cristovam Buarque, Romeu Tuma (DEM-SP) e Marco Maciel (DEM-PE).

Paim é a favor de votação aberta em todas as deliberações no Congresso

Ao defender da tribuna o voto aberto em todos os escrutínios do Congresso Nacional, o senador Paulo Paim (PT-RS) motivou ontem um debate em Plenário sobre a questão. Ele propôs um acordo para que o voto deixe de ser secreto em algumas decisões, o que, para o senador, "não é bom para ninguém".

Paim citou o exemplo de seu próprio partido: segundo o parlamentar, se a agremiação votar pela cassação do presidente do Senado, Renan Calheiros, a imprensa dirá que "o PT traiu seu principal aliado". Caso vote pela absolvição, argumentou, será dito que o partido votou contra a opinião pública.

A líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou, em aparte, que cada um votará de acordo com sua consciência. A seu ver, somente os partidos com apenas um senador não terão votos divergentes.

Já Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu o segredo em algumas votações, como indicações para o Supremo Tribunal Federal (STF) e para o Tribunal de Contas da

União (TCU).

Heráclito Fortes (DEM-PI), criticando qualquer tentativa de engajamento partidário, disse que cada senador deve votar como manda sua consciência. Mão Santa (PMDB-PI) observou que, embora o Senado discuta somente absolvição ou perda do mandato, há sanções alternativas que não foram cogitadas.

O representante gaúcho citou sua experiência de 21 anos no Congresso Nacional para concluir que 70% dos votos dos parlamentares são alterados caso o voto seja aberto ou secreto.

Asfalto

No mesmo pronunciamento, Paim mencionou o relatório da Comissão Especial do programa Malha Rodoviária do Rio Grande do Sul, da assembleia legislativa, que defende o asfaltamento de duas obras prioritárias no estado: a RS-471 e a RS-481.

Conforme afirmou, 117 dos 496 municípios gaúchos não têm acesso por asfalto. Ele pediu o empenho dos senadores para que seu estado tenha condições de obter empréstimo externo para as obras.



Paulo Paim sugere acordo para acabar com votação secreta em alguns assuntos



CPI do Apagão Aéreo tem Demostenes (entre Tuma e Casagrande) como relator

CPI ouve hoje ex-diretores da Infraero

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo do Senado ouvirá hoje, a partir das 11h, ex-servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) acusados de fraudar licitações na estatal.

Estão previstos três depoimentos: do ex-diretor de administração do órgão, Marco Antônio Marques de Oliveira; da ex-diretora de engenharia, Eleuza Terezinha Manzoni; e do ex-diretor comercial, José Wellington Moura.

Em maio deste ano, José Wellington foi afastado por recomendação da Controladoria Geral da União (CGU). Ele é suspeito de irregularidade na compra de um *software* de gerenciamento de publicidade em 65 aeroportos administrados pela estatal.

Eleuza Terezinha é alvo de ação do Ministério Público de São Paulo. O MP tentou embargar as obras do aeroporto de Congonhas por suspeitas de irregularidades na licitação. O Tribunal de Contas da União (TCU) também aponta falhas nessas obras.

Marco Antônio de Oliveira é investigado em razão de ter autorizado um contrato irregular da empresa de publicidade Aeromídia no aeroporto de Brasília.

Leopoldo Silva



Papaléo: relatório do TCU aponta 400 empreendimentos inacabados

Papaléo protesta contra dinheiro gasto em obras inacabadas no país

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) destacou, em discurso, auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontou a existência de 400 obras inacabadas, sendo 80% delas de responsabilidade da União e 20%, dos estados e municípios.

– Bilhões de reais estão sepultados nessas obras inacabadas espalhadas pelo território nacional, patrocinadas com dinheiro suado do contribuinte, que paga

uma das maiores cargas tributárias do mundo – protestou.

A principal causa das paralisações é, conforme especialistas, a diminuição do fluxo orçamentário e financeiro, além de falhas nos projetos e inadimplência do beneficiário dos recursos.

De acordo com Papaléo, o relatório do ministro Valmir Campelo, aprovado por unanimidade, demonstrou a necessidade de adoção de um cadastro geral de obras que forneça

informações detalhadas aos cidadãos que queiram acompanhar de perto os gastos públicos em empreendimentos federais. As entidades responsáveis pela execução deverão, conforme explicou o senador, registrar os dados das iniciativas sob sua responsabilidade, detalhar a aplicação dos recursos e declarar fontes e transferências governamentais.

Segundo Papaléo, o relatório do TCU abrange obras sob a res-

ponsabilidade dos Ministérios da Educação, Saúde, Integração Nacional, Ciência e Tecnologia, Cidades e Turismo e, ainda, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

– Por vários motivos, é fácil concluir que o governo não estabelece como prioridade a conclusão a médio prazo [dessas obras], com os prejuízos que causam à economia e à sociedade – criticou o parlamentar.

Projeto em exame na CMA prevê o tratamento das águas para permitir atividades pesqueiras. O colegiado também analisa a política de combate à desertificação

Comissão vota medidas para diminuir impacto de represas

Os proprietários e concessionários de represas poderão ser obrigados a promover ações para o tratamento da água em suas áreas de atuação, de forma a incentivar a piscicultura e o cultivo de produtos naturais. Substitutivo da Câmara a projeto que trata do assunto deverá ser votado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De acordo com a proposta (PLS 57/01), os responsáveis por represas serão obrigados a adotar medidas para minimizar os prejuízos que sua construção traz para a vegetação e a reprodução dos peixes, bem como para as atividades pesqueiras das populações ribeirinhas. O autor do projeto, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), lembra que, além dos aspectos ambientais, a aquíicultura garante emprego e renda, além de fornecer alimentos nutritivos e a baixo custo.

Consta ainda da pauta de votações da CMA projeto do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que define diretrizes para a Política



Edmilson Figueiredo
Projeto amplia as opções alimentares e de emprego das populações ribeirinhas

de Combate e Prevenção à Desertificação (PLS 70/07). O texto determina como funções do poder público diagnosticar o avanço do processo de degradação ambiental nas áreas consideradas de risco, instituindo mecanismos de proteção e recuperação dos solos degradados e da vegetação.

Em seu parecer favorável, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) argumenta que o apoio aos agricultores em áreas de risco de desertificação não produzirá resultados se a questão da pobreza não for abordada. Conforme o

parlamentar, a falta de recursos leva o pequeno produtor a explorar excessivamente os recursos naturais de sua propriedade.

Por esse motivo, Marconi apresentou emenda ao projeto para incluir, entre os deveres do Estado, o de promover a agricultura familiar e a adoção de medidas que melhorem as condições socioeconômicas das populações das áreas em risco de desertificação.

Fiscalização

A CMA deve examinar também proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para que a comissão instaure procedimento de fiscalização de processos investigativos, administrativos e judiciais relativos às 18 instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal por crimes contra o sistema financeiro.

Simon propõe que a CMA solicite cópias dos relatórios realizados pelo Banco Central e pela Receita Federal para que possam ser remetidos ao Tribunal de Contas da União (TCU) para exame, à luz de suas atribuições constitucionais e legais.

Uso de satélite para monitoramento agrícola será debatido em audiência

O monitoramento por satélite na agricultura brasileira será tema de debate hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 9h, com o chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo Eduardo de Miranda. Após a discussão, a CAE examinará 13 matérias, entre elas a proposta que amplia o uso do pregão eletrônico no setor público.

A votação desse projeto (PLC 32/07), que recebeu voto favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), depende da conclusão de acordo a ser firmado entre os líderes partidários.

A comissão deve examinar ainda o PLS 213/07, de autoria do senador Adelmir Santana (DEM-DF), que permite a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista. Com o texto, Adelmir pretende modificar o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), acrescentando

tando parágrafo que informa não ser abusiva a fixação de preços distintos.

A prática, hoje eliminada, já ocorreu no passado. Para Adelmir Santana, os consumidores que não utilizam cartão – menos abastados, em sua avaliação – acabam subsidiando os que lançam mão do meio de pagamento, já que os custos com as operadoras de cartão, por exemplo, são repassados e elevam o preço dos artigos ou do serviço.

Inclusão

Outro projeto que pode ser apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos estende aos deficientes auditivos a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis (PLS 17/04). Trata-se de proposta do senador Paulo Paim (PT-RS), o qual argumenta que a Receita Federal deixou os deficientes auditivos de fora da Instrução Normativa 75 – que disciplina a compra de automóveis com



Célio Azevedo
Após o debate, CAE analisa proposta de Adelmir Santana que beneficia consumidor

isenção de IPI por pessoas portadoras de deficiência física, visual e mental. Ele entende que, se um deficiente visual pode adquirir veículo com a isenção, “por que não um deficiente auditivo?”

Consta ainda da pauta da comissão o PLS 07/07, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que inclui o nascituro no rol dos dependentes que possibilitam a dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física.

Pode ser debatida ainda proposta do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que isenta do IPI os *airbags* e os freios antibloqueantes (ABS).



Valter Campanato/ABr

Congresso Nacional sedia evento que integra programação da Semana do Cerrado

Parlamentares discutem efeitos do aquecimento sobre os cerrados

A Comissão Mista Especial das Mudanças Climáticas reúne-se hoje, Dia do Cerrado, para discutir a influência do aquecimento global sobre os cerrados brasileiros e as medidas necessárias para minimizar seus impactos negativos sobre o bioma.

Devem estar presentes o senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator da comissão, os deputados Eduardo Gomes (PSDB-TO), presidente do colegiado, e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), além de Carlos Klink e Mercedes Bustamante, ambos especialistas no tema e professores do departamento de Ecologia da Universi-

dade de Brasília (UnB). Também estarão presentes representantes da Embrapa e do Núcleo Cerrado e Pantanal do Ministério do Meio Ambiente. A reunião ocorrerá na sala 3 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, às 14h30.

A audiência faz parte da Semana do Cerrado, uma iniciativa da comissão mista, da ONG internacional The Nature Conservancy e do deputado Rodrigo Rollemberg. Consta ainda da programação do evento a apresentação, hoje, da Orquestra Sinfônica Nacional e o seminário *Cerrado: Preservação e Agroenergia*, na quinta-feira, na UnB.

Assuntos Sociais analisa regulação dos planos e seguros de saúde

A situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação do setor serão discutidas amanhã, em audiência pública, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h. O debate foi proposto pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), presidente do colegiado.

Foram convidados para a audiência o diretor-presidente da

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos, os presidentes da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral, e da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasau- de), Luiz Carlos Trabuco, além de representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste).

Fabrício Sousa/Flickr



Cortejo da festa religiosa de Belém conta com a participação de fiéis de todo o Brasil

Círio de Nazaré recebe hoje homenagem do Plenário

O período do expediente da sessão deliberativa de hoje do Senado, que começa às 14h, será destinado a uma homenagem ao Círio de Nazaré – festa religiosa realizada anualmente em Belém. Após a sessão, será inaugurada, no Salão Branco do Congresso Nacional, a exposição Círio de Nazaré: Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira.

A festa do Círio, realizada pela primeira vez em 1793, ocorre no segundo domingo de outubro, quando uma imagem da Virgem Maria é transportada da Catedral Metropolitana de Belém para a Basílica de Nazaré, em um percurso que dura várias horas. Estima-se que, ano passado, cerca de dois milhões de pessoas tenham participado do cortejo. A homenagem ao Círio de Nazaré foi proposta pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A inauguração da mostra, que ficará aberta até sexta-feira, no

Salão Branco, deverá contar com a presença do arcebispo de Belém, dom Orani Tempesta. Entre as peças que serão expostas, estão mantos utilizados para cobrir a imagem da Virgem Maria e uma corda em sisal de aproximadamente 400 metros usada em procissões anteriores – essa corda é carregada por romeiros durante o percurso.

Dia do Administrador

Também hoje, o Plenário do Senado realizará, a partir das 10h, uma sessão especial para comemorar os 42 anos do reconhecimento legal da profissão de Administrador.

A carreira foi regulamentada no país pela Lei 4.769/65. Como a promulgação ocorreu no dia 9 de setembro daquele ano, instituiu-se essa data como o Dia do Administrador. A cerimônia resulta de requerimento de iniciativa do senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

Dia Mundial do Turismo será comemorado em sessão especial

O Plenário do Senado realiza no próximo dia 27, a partir das 10h, sessão especial em comemoração ao Dia Mundial do Turismo. A sugestão para que a Casa preste a homenagem partiu da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que argumentou ser o turismo um importante setor da economia e gerador de milhões de empregos.

Segundo Lúcia Vânia, que preside a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), as homenagens ao Dia Mundial do Turismo – comemorado a cada 27 de setembro – não vão se esgotar na sessão especial. É que a CDR, informou, irá fazer um mutirão com o objetivo de

examinar os vários projetos de lei em tramitação no colegiado que tratam do setor, com destaque para a proposta que regulamenta as agências de viagens.

No requerimento para a realização da sessão especial, Lúcia Vânia mencionou o tema da campanha para este ano da Organização Mundial do Turismo (OMT) – “O turismo abre as portas para as mulheres”.

Dados da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav) dão conta de que a indústria hoteleira no Brasil gera uma receita bruta anual de cerca de US\$ 9 bilhões, com arrecadação de mais de US\$ 1,8 bilhão em impostos, taxas e contribuições.

Projeto estabelece que exames de seleção para cargos públicos federais serão realizados no Distrito Federal e nas capitais onde houver pelo menos 50 inscritos

Concursos federais podem ter provas também nos estados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar amanhã, a partir das 10h, projeto de lei de autoria do senador Mão Santa (PMDB-PI) que determina a estadualização das provas de concursos públicos para cargos federais. A proposta, que será votada em decisão terminativa e conta com voto favorável do relator, senador Edison Lobão (DEM-MA), estabelece que as provas de concursos para provimento de cargos federais se realizem em Brasília e nas capitais dos estados nos quais haja pelo menos 50 inscritos.

A inscrição por procuração deverá ser objeto de regulamento, bem como a regionalização das provas nos casos em que o número de 50 inscritos por estado não for atingido. Mão Santa argumenta, na justificativa, que o projeto (PLS 509/03) tem por finalidade garantir a isonomia entre os candidatos, evitando deixar que o estado em que eles residem atue como fator inibidor da competição. De acordo com o senador, isso pode acontecer quando determinados concorrentes precisam deslocar-se por grandes distâncias.

Drogas

Entre as 16 matérias da pauta da reunião de amanhã da CCJ, destaca-se ainda o PLS 207/07, que permite à União celebrar convênios com os estados e o Distrito

Federal visando à prevenção e à repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

O projeto prevê convênios com os municípios no sentido de prevenir o consumo indevido de drogas, bem como possibilitar a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes. De iniciativa do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a proposição recebeu parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (DEM-SP).

Banco Central

Consta ainda da pauta da Comissão de Justiça o Projeto de Resolução do Senado 11/07, não terminativo, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que propõe alteração no Regimento Interno da Casa e na Resolução 93/70 para estabelecer que o presidente do Banco Central deverá comparecer trimestralmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em audiência pública,

a fim de explicar os fundamentos e a forma de execução da política monetária.

Esse projeto recebeu parecer favorável, com uma emenda, do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), e já foi apreciado pela CAE, presidida por Mercadante. Deverá ainda, se aprovado na CCJ, ser examinado pela Mesa.

Outra matéria a ser analisada pelo colegiado é a proposta de emenda à Constituição (PEC 19/07) que permite a deputados federais e senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior. O projeto, apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC), tem como relator Eduardo Suplicy (PT-SP), que deu parecer favorável. Se aprovado o parecer, a iniciativa seguirá para o Plenário, onde será discutida e votada em primeiro turno.



Se aprovada na Comissão de Justiça, proposta deverá seguir ao exame da Câmara dos Deputados

Célio Azevedo

Conheça o Senado

Você também vai se encantar

2ª a 6ª feira
 Manhã - 9h30 10h30 11h30
 Tarde - 14h30 15h30 16h30

Sábados, domingos e feriados
 10h 11h 12h 13h 14h

VISITE O SENADO
www.senado.gov.br



Maciel é autor do projeto que se transformou na Lei da Arbitragem

Marco Maciel elogia livro sobre arbitragem comercial

Marco Maciel (DEM-PE) comunicou ontem o lançamento, recentemente, em São Paulo, do livro *Arbitragem na administração pública. Fundamentos jurídicos e eficiência econômica*, da advogada Selma Maria Ferreira Lemes. Trata-se de uma especialista na área e que transformou em livro sua tese de doutorado ao final do curso do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo.

Autor do projeto que se transformou na Lei da Arbitragem (Lei 9.307/96), Marco Maciel salientou que a publicação é uma relevante contribuição ao melhor conhecimento da arbitragem, “eliminando dúvidas jurídicas a respeito do assunto”. O senador afirmou que a Lei da Arbitragem tem ajudado a desafogar o Judiciário e que só aos poucos o brasileiro passa a aceitar que litígios comerciais podem ser resolvidos fora do Judiciário, em escritórios especializados em arbitragem.

Solução

Marco Maciel ponderou que a autora demonstra que a administração pública brasileira, para utilizar a arbitragem como forma de solução de controvérsia nos contratos administrativos em geral, inclusive nas parcerias público-privadas (PPPs), não precisa de nenhuma nova lei específica. “Basta apenas observar e cumprir os ditames da Lei da Arbitragem.”

A obra tem prefácio do senador Marco Maciel e apresentação de José Augusto Guillon Albuquerque, professor titular da Faculdade de Economia e Administração e também da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

O professor disse que a publicação é “um estudo completo e muito bem estruturado dos fundamentos legais, alcance e benefícios da arbitragem em comparação com o contencioso judiciário”.

“Parece que, pautados que somos sempre pela imagem e pela notícia, deixamos de agir naquilo que é mais estruturante para a sociedade”, adverte senador

Tião Viana cobra política para prevenir acidentes de trânsito

O senador Tião Viana (PT-AC) cobrou da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) “ações articuladas” para a prevenção e o controle de acidentes de trânsito, além de um programa de acompanhamento das “centenas de milhares” de vítimas anuais desses acidentes.

– Não há uma política de Estado de proteção e apoio a essas pessoas – afirmou o parlamentar.

Tião Viana disse que os olhos da nação estão voltados, com propriedade, para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em decorrência dos dois maiores acidentes aéreos da história do Brasil, ocorridos nos últimos 12 meses. Mas observou que é preciso também olhar para a lista de prioridades da ANTT, lembrando as mais de 35 mil vítimas fatais de acidentes de trânsito registradas em 2004 pelo Ministério da Saúde, número que deve chegar a 40 mil este ano.

O senador chamou de lamentável a “ausência de uma política sólida e prioritária” no Brasil. Ele afirmou que o país perde R\$ 5 bilhões por ano com acidentes de trânsito. Salientou que houve avanços, citando a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança,



Acidentes com vítimas fatais podem chegar este ano a 40 mil, afirma Viana

os redutores de velocidade, o respeito às faixas de pedestres e a instalação de *airbags* nos carros mais modernos. Porém, deplorou a falta de uma política para analfabetos – estatisticamente, as maiores vítimas de acidentes de trânsito –, de encontros regionais e fóruns intermunicipais, entre outras ações.

– Olhamos uma perda lamentável e inexplicável de 200 vítimas no acidente da TAM, e o Brasil, há dois meses, discute intensamente esse problema. São mais de 40 mil mortes por ano em



Célio Azevedo

acidente de trânsito e não temos um debate com o mesmo senso de prioridade. Parece que, pautados que somos sempre pela imagem e pela notícia, deixamos de agir naquilo que é mais estruturante para a sociedade.



Segundo Mão Santa, o pagamento de R\$ 2,50 por consulta médica “é de lascar”

(PSDB-AP) lembrou que um projeto que cria 600 cargos de confiança foi aprovado com facilidade na Câmara, pelo “poder avassalador da máquina”, e talvez essa seja a preocupação do deputado Ricardo Berzoini, presidente do PT, ao sugerir a extinção do Senado, porque, sem esta Casa, “a ditadura branca funciona mais ainda”.

Os dois parlamentares também se posicionaram contra a aprovação do projeto para prorrogar a CPMF.

Mão Santa: “Falta vergonha ao governo do PT para pagar médicos”

Mão Santa (PMDB-PI) citou reportagem veiculada pelo programa *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, abordando a crise do sistema de saúde e destacando a falta de anestesiologistas e pediatras em Teresina. Para o senador, há, sim, profissionais, mas eles não se interessam em realizar procedimentos porque a remuneração é muito baixa.

– Falta é vergonha ao governo do PT para pagar os médicos, porque R\$ 2,50 por uma consulta é de lascar.

De acordo com o senador, um anestesista recebe pelo Sistema Único de Saúde (SUS) R\$ 7 por procedimento e um cirurgião cardiovascular, R\$ 70. Já um médico que realiza uma postectomia – cirurgia de circuncisão – é remunerado com R\$ 7, pela tabela do SUS.

– Não faltam profissionais, falta é salário correto – frisou.

Mão Santa indagou se o governo federal repassou ou não R\$ 2 bilhões ao Ministério da Saúde, conforme anunciado na semana passada. O dinheiro poderia “atender aos apelos de todo o país e, especialmente, aos do Piauí”, para modificar este cenário, disse o parlamentar.

O senador acrescentou que, além da crise na saúde, o Brasil ainda sofre com a falta de segurança e de educação. Lembrou que o brasileiro paga 76 impostos, os quais consomem metade do montante obtido com o trabalho em um ano, e lamentou o fato de o governo não devolver esses impostos ao cidadão em segurança, educação e saúde, consideradas por ele como essenciais.

Em aparte, Papaléo Paes



Ideli ressalta que gastos no governo petista são menores que no de FHC

Ideli aponta números positivos do governo Lula

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), apresentou em Plenário dados de um relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que, segundo afirmou, são “os números que realmente interessam” dos quase cinco anos do governo Lula. A senadora ressaltou que a indústria teve um crescimento de 2,1% nas vendas em agosto, em comparação com o mês anterior; o emprego no setor aumentou 0,3%, registrando o 20º mês consecutivo de crescimento; e a balança comercial brasileira teve um superávit de US\$ 15,1 bilhões em agosto.

Ideli disse que, junto com o envio ao Congresso Nacional da proposta orçamentária do governo para 2008, voltou à cena a discussão sobre os gastos do governo Lula com pessoal, o aparelhamento do estado e o mau uso de recursos públicos. Ela rebateu essas acusações observando que Lula aumentou os “investimentos sociais” e que para atendê-los foi preciso contratar mais servidores públicos. Destacou ainda que o crescimento de gastos com pessoal previsto para 2008 é de 10%.

A senadora também alertou para o reajuste nas despesas previsto para o Supremo Tribunal Federal (STF) em 2008, que é de 94,3%, gerará um efeito cascata nas outras instâncias do Poder Judiciário. E assinalou que os benefícios previdenciários para o próximo ano têm uma previsão de crescimento de 9%, incluindo o reajuste do salário mínimo.

Para Ideli, o parâmetro a ser utilizado ao debater o gasto com pessoal no governo Lula deveria ser a riqueza produzida. Ela comparou os últimos três anos do governo Fernando Henrique com os quase cinco anos do governo Lula e frisou que essa relação entre gasto e PIB sempre foi menor no governo petista. A senadora ainda afirmou que um terço dos concursos realizados teve como objetivo a substituição de servidores terceirizados.